



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

CAROLYNNE MAGALHÃES DOS SANTOS BIZZOTTO

**IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS
AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NAS OPERAÇÕES EM LOCAL DE
CRIME DE HOMICÍDIO**

GOIÂNIA – GO

2025



CAROLYNNE MAGALHÃES DOS SANTOS BIZZOTTO

**IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS
AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NAS OPERAÇÕES EM LOCAL DE
CRIME DE HOMICÍDIO**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP e pela Universidade Estadual de Goiás - UEG, sob a orientação do Prof. Me. Kassio Michel Pires de Sena.

GOIÂNIA – GO

2025



IMPORTÂNCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NAS OPERAÇÕES EM LOCAL DE CRIME DE HOMICÍDIO

IMPORTANCE OF THE INTEGRATION PROCESS FOR ORGANIZING THE ACTIONS OF THE GOIÁS MILITARY POLICE IN OPERATIONS AT HOMICIDE CRIME SCENES

Carolynne Magalhães dos Santos Bizzotto*
Kassio Michel Pires de Sena**

Resumo: Este trabalho investiga as práticas de preservação da cena do crime, coleta de informações preliminares e levantamentos de dados de inteligência em ocorrências de homicídios em Goiânia, com foco na Polícia Militar do Estado de Goiás. O objetivo é analisar as práticas atuais e as consequências da falta de padronização de um processo estruturado para organizar essas informações. A pesquisa é qualitativa, utilizando questionários para coletar dados de policiais militares e civis envolvidos diretamente no atendimento de homicídios. Os resultados apontam que, embora a PMGO seja bem avaliada na coleta inicial de dados, a ausência de protocolos formais compromete a continuidade das ações policiais e gera retrabalho entre as instituições. O estudo buscou demonstrar a importância da integração entre as Forças Policiais e a eficácia da Polícia Militar na prisão em flagrante de autores de homicídio, propondo um modelo de gestão de processos organizacionais para otimizar a atuação da Polícia Militar de Goiás no local de crime. A proposta inclui a estruturação de um protocolo que garanta maior eficiência na preservação da cena, coleta de dados e articulação das ações com a Polícia Civil. Portanto, a pesquisa contribui para a compreensão dos desafios enfrentados pelas forças de segurança pública e sugere recomendações práticas para aprimorar os processos operacionais e a atuação integrada entre as instituições.

Palavras-chave: Operações em Local de Crime de Homicídio; Polícia Militar; Polícia Civil; Gestão Integrada; Gestão por Processos.

Abstract: This study investigates crime scene preservation practices, preliminary information collection, and intelligence gathering in homicide cases in Goiânia, focusing on the Military Police of the State of Goiás. The objective is to analyze current practices and the consequences of the lack of standardization of a structured process to organize this information. The research is qualitative, using questionnaires to collect data from military and civilian police officers directly involved in homicide response. The results indicate that, although the PMGO is well evaluated in the initial data collection, the lack of formal protocols compromises the continuity of investigations and generates rework between institutions. The study sought to demonstrate the importance of

* Especializando em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG).

** Possui graduação em Direito e graduação em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (2005) e - Faculdades Objetivo (2004). Pós-graduação em Direito Penal Militar pela Faculdade Mauá de Brasília(2011). Pós-graduação MBA em Inteligência Competitiva e Segurança Pública(2019). Mestrado Em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública(2016). Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG).



integration between the Police Forces and the effectiveness of the Military Police in arresting perpetrators of homicide in flagrante delicto, proposing a model for managing organizational processes to optimize the performance of the Military Police of Goiás at the crime scene. The proposal includes the structuring of a protocol that ensures greater efficiency in scene preservation, data collection, and coordination of actions with the Civil Police. Therefore, the research contributes to the understanding of the challenges faced by public security forces and suggests practical recommendations to improve operational processes and integrated action between institutions.

Keywords: Operations at the Scene of a Homicide Crime; Military Police; Civil Police; Integrated Management; Process Management.

1. INTRODUÇÃO

A atuação integrada entre a Polícia Militar (PMGO) e a Polícia Civil de Goiás (PCGO) em locais de crimes de homicídio em Goiânia é fundamental para a eficácia da preservação da cena do crime, dos levantamentos preliminares e na prisão em flagrante dos autores de homicídio nas primeiras vinte e quatro horas após o crime. A PMGO, geralmente a primeira a chegar ao local, desempenha um papel essencial na preservação da cena, coleta de informações iniciais e levantamento de dados de inteligência que auxiliem futuras ações. Entretanto, a ausência de um modelo estruturado para organizar essas informações pode resultar em retrabalho, perda de elementos de prova relevantes e impacto negativo na continuidade das ações policiais.

A Secretaria de Segurança Pública de Goiás destaca que grande parte das prisões de homicidas ocorre nas primeiras horas após o crime, reforçando a necessidade de um fluxo bem definido para o tratamento das informações e integração das ações nas operações policiais em campo. Assim, a implementação de um modelo de gestão de processos organizacionais torna-se essencial para otimizar a atuação da PMGO, garantindo maior eficiência na preservação da cena, coleta de dados e articulação com a PCGO.

A integração entre as forças policiais é apontada como determinante para o sucesso na prisão em flagrante. Silva (2020) propõe a criação de um Setor de Análise Criminal com processos padronizados dentro de uma visão sistêmica de policiamento, visando ao planejamento eficiente das ações policiais e à compreensão aprofundada da criminalidade. Essa abordagem sistêmica permite que as informações coletadas pela PMGO no local de crime de homicídio sejam compartilhadas com a PCGO de forma estruturada, facilitando a tomada de decisões estratégicas



e operacionais durante a operação que visa prender em flagrante autores de homicídio nas primeiras 24hs após o crime.

Diante desse cenário, esta pesquisa buscou compreender como a ausência de um modelo padronizado para a atuação da Polícia Militar em conjunto com a Polícia Civil no local de crime de homicídio impacta a eficiência do levantamento de inteligência policial e a continuidade das ações operacionais nas primeiras horas após o crime.

Neste contexto, o presente estudo visa contribuir ao campo dos estudos sobre segurança pública, ao propor soluções para um desafio recorrente na atuação policial em Goiânia: a desarticulação entre as forças de segurança no tratamento de crimes de homicídio. Socialmente, a proposta almejou a redução dos índices de impunidade, a partir da estruturação de fluxos que potencializem a elucidação dos delitos. E para a instituição, a padronização dos procedimentos representou uma estratégia para o aprimoramento da gestão policial, promovendo maior eficiência e sinergia entre as corporações envolvidas.

Estudos como os de Chagas, Gaudêncio e Santos (2021) e de Souza Júnior (2015) demonstraram que falhas na comunicação e na coleta de provas dificultaram o andamento das investigações e comprometeram a responsabilização penal dos autores. A proposta de gestão por processos, conforme argumentado por Perovano (2023), surgiu como uma solução viável e já aplicada em outras organizações, com resultados positivos no desempenho operacional.

O objetivo geral deste estudo foi desenvolver um modelo organizacional que otimize a integração entre as forças policiais na solução de crimes de homicídio, estruturando fluxos e processos para o levantamento de inteligência e a continuidade das ações operacionais nas primeiras horas após o crime. Para isso, estabeleceu-se como objetivos específicos: descrever as ações da Polícia Militar em locais de crime de homicídio; identificar as lacunas na condução atual das ações de integração entre a PMGO e a PCGO e demonstrar a relevância dessa articulação para a solução eficiente desses crimes; e propor um modelo organizacional prático de acionamento entre as duas instituições, com vistas à otimização da gestão do cenário do crime e do fluxo de compartilhamento de informações.

A metodologia adotada foi mista, com abordagem qualitativa e quantitativa (Gil, 2002). Realizou-se inicialmente um levantamento documental com base nas estatísticas da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, observando-se a atuação da PMGO em casos de homicídio e os resultados das prisões em flagrante. Em seguida, aplicou-se um questionário junto aos



Comandantes do Policiamento de Inteligência (CPI) e aos Supervisão da Agência Central de Inteligência da PMGO e aos Delegados da Polícia Civil lotados na Delegacia de Investigação de Homicídios. Como etapa final, procedeu-se à modelagem de processos organizacionais, com base em metodologias específicas, visando propor fluxos padronizados para a integração entre as polícias, com foco na preservação da cena do crime, na coleta estruturada de inteligência e no direcionamento das ações operacionais em campo.

O artigo foi organizado em três seções principais. A primeira abordou a atuação da Polícia Militar em locais de crimes de homicídio, destacando os procedimentos recomendados para a coleta de inteligência e as consequências das falhas na preservação e no compartilhamento de informações. A segunda seção tratou da integração entre a PMGO e a PCGO, evidenciando os benefícios da atuação conjunta, os desafios enfrentados na comunicação entre as forças e exemplos de boas práticas de outros estados. Por fim, a terceira seção apresentou a proposta de modelo organizacional, incluindo a estruturação do acionamento entre as polícias e os fluxos de informações operacionais. Essa organização visou proporcionar uma análise crítica e propositiva sobre a atuação das forças de segurança pública no enfrentamento dos homicídios em Goiânia.

2. POLÍCIA MILITAR EM LOCAL DE CRIME DE HOMICÍDIO

A preservação adequada da cena do crime é fundamental para a obtenção de provas materiais robustas. A literatura sobre segurança pública enfatiza que a falha nesse processo pode comprometer a prisão em flagrante e reduzir significativamente as chances de resolução do crime. Oliveira (2017) destaca que a ausência de isolamento e preservação adequados em locais de crime pode resultar na perda de evidências essenciais, dificultando a análise pericial e a identificação do autor do delito. Isso se deve ao fato de que o ambiente do crime contém testemunhas oculares, vestígios relevantes para a elucidação do caso, como impressões digitais, vestígios biológicos e materiais que podem vincular o criminoso ao fato criminoso.

Além disso, a preservação da cena é um componente fundamental na credibilidade da atuação policial. Como argumenta Chagas, Gaudêncio e Santos (2021), a integridade das provas materiais depende diretamente da forma como o local do crime é tratado nos momentos iniciais. A atuação desordenada ou sem protocolos de preservação pode gerar questionamentos judiciais sobre a validade das provas coletadas, comprometendo a credibilidade do trabalho policial.



A atuação da Polícia Militar do Estado de Goiás na preservação do local de crime é regulamentada pelo POP nº 112, o qual define que essa corporação é responsável por realizar o primeiro isolamento e a proteção da cena, sendo, portanto, a guardiã das informações iniciais da ocorrência. Por geralmente ser a primeira força de segurança a chegar ao local, cabe à guarnição militar delimitar a área, garantir sua integridade e repassar as informações coletadas aos órgãos de polícia judiciária e técnico-científica, conforme descrito nas diretrizes operacionais da instituição (PMGO, 2022).

A PMGO, ao chegar ao local, deve adotar uma série de protocolos operacionais que garantam a proteção do local, a preservação das evidências e o correto registro das primeiras informações sobre o crime. A falha na execução desses procedimentos pode comprometer a prisão em flagrante e resultar na perda de provas decisivas para a elucidação do homicídio (Silva, 2020).

2.1 Procedimentos recomendados para a coleta de inteligência

A coleta de inteligência, por sua vez, é um processo que deve ser realizado de forma sistemática e estratégica para apoiar a prisão em flagrante. A Portaria nº 0720/2017/SSPAP – SI SIPOM, que regulamenta a Atividade de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás, estabelece em seu artigo 1º que essa atividade consiste em um exercício contínuo e sistemático de ações especializadas voltadas à identificação, avaliação e acompanhamento de ameaças reais ou potenciais à segurança pública. Essas ações têm como propósito produzir e proteger conhecimentos estratégicos que subsidiem tanto o processo decisório quanto o planejamento e a execução das operações policiais (Goiás, 2017).

Souza Júnior (2015) afirma que a integração de informações coletadas por diferentes fontes, como testemunhas, câmeras de segurança, e inteligência policial, é fundamental para delinear um quadro claro sobre a dinâmica do crime. Essa coleta deve seguir procedimentos rigorosos para garantir que os dados sejam relevantes e utilizáveis para apoiar as buscas de autores de crimes.

A adoção de protocolos claros de coleta e armazenamento de informações é outro ponto destacado por Perovano (2023), que sugere a aplicação da gestão por processos para organizar as ações policiais e garantir que as informações coletadas sejam tratadas de maneira hábil, sem duplicação de esforços ou riscos de falhas no fluxo de dados.



A troca de informações entre a PMGO e a PCGO desempenha um papel central nesse processo. A análise de dados coletados no local do crime deve ser compartilhada de forma ágil e competente entre as duas polícias, o que contribui para o direcionamento rápido das ações e para o desenvolvimento de estratégias de investigação mais eficazes (Araujo; Santos, 2022). A gestão de processos operacionais, que envolve a padronização da coleta e troca de informações, tem sido apontada como uma solução importante para otimizar a atuação das forças policiais (Perovano, 2023).

2.2 Consequências da falha na preservação, coleta de provas e compartilhamentos das informações preliminares

A falha na preservação da cena do crime e na coleta de inteligência prejudica o andamento da prisão em flagrante e a justiça do processo. A perda de provas materiais, como evidências físicas ou digitais, pode levar à impunidade, uma vez que a autoria do crime não pode ser comprovada de maneira decisiva. Oliveira (2017) ressalta que muitos casos não são resolvidos com base em provas materiais robustas, o que leva a uma dependência excessiva de testemunhos, que podem ser falhos ou inconsistentes.

Além disso, a falta de um protocolo de compartilhamento das informações coletadas, pode resultar em um uso inadequado dos recursos disponíveis, atrasando a resolução dos casos e aumentando a sensação de impunidade na sociedade. Como apontado por Reis (2011), uma investigação adequada depende de uma boa articulação entre diferentes órgãos de segurança pública e do uso inteligente de dados. Se a coleta de inteligência não for bem estruturada, as informações podem ser mal interpretadas ou até descartadas, o que prejudica o andamento das prisões em flagrante.

3. INTEGRAÇÃO ENTRE POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL

3.1 Benefícios de uma atuação conjunta para a prisão em flagrante de autores em homicídios

A integração entre a Polícia Militar de Goiás (PMGO) e a Polícia Civil de Goiás (PCGO) nos locais de crime de homicídio é um fator determinante para as ações iniciais de levantamentos



de informação e realização de operações visando a prisão em flagrante dos autores. A falta de integração entre as instituições compromete não apenas a preservação da cena do crime, como a coleta de inteligência e o prosseguimento das investigações, dificultando a responsabilização penal dos autores (Chagas; Gaudêncio; Santos, 2021).

Tal cooperação vai além da simples presença conjunta das forças, exigindo um modelo organizacional estruturado que padronize os procedimentos, reduza perdas de informação e viabilize a continuidade das ações policiais. A abordagem sistêmica proposta por Silva (2020) destaca a importância de setores especializados, como os de análise criminal, para fomentar a integração entre as forças de segurança pública.

A atuação padronizada da PMGO no local do crime, aliada ao acionamento imediato da PCGO, permite que as informações estratégicas obtidas sejam repassadas com agilidade e de forma estruturada. Esse modelo de cooperação favorece a criação de um banco de dados eficiente, evita retrabalhos e, sobretudo, facilita a identificação e a prisão em flagrante, bem como a produção de provas que sustentem a prisão posterior. Como apontam Chagas, Gaudêncio e Santos (2021), a gestão por processos permite a organização dos procedimentos operacionais, aumentando a produtividade e a confiança no trabalho das forças de segurança.

3.2 Desafios enfrentados na comunicação entre as forças

Apesar das vantagens evidentes, a integração entre as forças enfrenta alguns desafios práticos. A falta de protocolos padronizados pode afetar a comunicação entre as forças policiais, dificultando a troca de informações e a colaboração entre os diferentes órgãos de investigação. A padronização de procedimentos, como propõe Perovano (2023), seria uma solução para aumentar a eficácia das ações operacionais, garantindo que a Polícia Militar e a Polícia Civil trabalhem de maneira integrada e coordenada. Oliveira (2017) enfatiza que a não observância de protocolos rígidos na preservação do local do crime pode resultar na inutilização de vestígios fundamentais para a responsabilização dos autores.

A cultura organizacional distinta entre as instituições também é um desafio. Enquanto a PMGO atua majoritariamente na linha ostensiva, com foco na resposta imediata, a PCGO possui um caráter investigativo e analítico. A diferença entre essas culturas institucionais pode comprometer a criação de um ambiente colaborativo. Souza Júnior (2015) aponta que a carência



de integração operacional entre as polícias, inclusive no uso de tecnologias de georreferenciamento e sistemas de informação, dificulta a criação de um histórico investigativo unificado.

3.3 Exemplos de boas práticas de integração em outros Estados

Algumas unidades da federação têm implementado modelos de integração entre as polícias. No Rio de Janeiro, a formalização de ações integradas entre Polícia Militar e Polícia Civil tem proporcionado resultados expressivos, como redução de índices criminais e ampliação da sensação de segurança. Essa cooperação se deu por meio de reuniões regulares entre comandos para alinhar processos de gestão, analisar resultados, planejar ações conjuntas (Rio de Janeiro, 2021).

No estado do Mato Grosso, a cidade de Primavera do Leste alcançou o índice de 100% de esclarecimento de homicídios em 2015, resultado atribuído à atuação integrada entre as forças de segurança locais e ao fortalecimento da comunicação interinstitucional (Mato Grosso, 2015).

No estado da Bahia, a Secretaria da Segurança Pública implementou um programa de integração entre as polícias Civil e Militar que inclui ações estruturantes voltadas à padronização e modernização dos meios operacionais. Entre as medidas adotadas, destaca-se a criação de um Sistema Único de Telecomunicações, considerado inédito no Brasil, com centrais em Salvador e em 22 municípios do interior, promovendo maior agilidade na comunicação entre as forças. Para os dirigentes das instituições, tais ações são fundamentais para que as polícias atuem como uma força única, respeitando suas especificidades, mas unidas pelo objetivo comum de garantir segurança à população (Bahia, 2008).

Em Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública instituiu o Prêmio Mérito na Integração para destacar “o arranjo interinstitucional sistêmico, governança compartilhada do sistema Estadual de Inteligência, e da política de integração de segurança pública”. (Agência Minas, 2022). Em 2022, foram realizadas mais de 30 operações integradas no Estado, resultado de um trabalho coordenado entre diversas instituições, incluindo as Polícias Civil, Militar, Federal, Rodoviária Federal, Corpo de Bombeiros, Polícia Penal, ABIN, Suase, além de órgãos Municipais e Estaduais.

Em Goiás, a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Estado de Goiás FICCO/GO, formada pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal tem por objetivo o combate ao crime organizado, sobretudo nos crimes de tráfico



de drogas, roubos, extorsão mediante sequestro contra instituições financeiras, lavagem de dinheiro e outros (Goiás, 2023).

Essas práticas reforçam a necessidade de um modelo que vá além da boa vontade dos agentes, propondo uma estrutura institucional clara, apoiada na valorização da cooperação técnica entre as forças policiais.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo foi mista, envolvendo abordagens qualitativas e quantitativas (Gil, 2002), com o intuito de proporcionar uma compreensão abrangente das práticas operacionais da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) no contexto de homicídios, coleta de inteligência e eficiência das ações nas primeiras horas após o delito. Inicialmente, foi realizado um levantamento documental por meio de um estudo das estatísticas fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO), com foco nas prisões em flagrante de homicidas nas quais a PMGO teve participação ativa no ano de 2024, além de uma análise da eficácia das ações operacionais integradas nos momentos subsequentes ao crime.

Complementarmente, foi aplicado um questionário para avaliar a percepção dos agentes de segurança pública sobre os desafios operacionais enfrentados no local do crime. O questionário foi direcionado aos Comandantes do Policiamento de Inteligência (CPI) e aos Supervisores da Agência Central de Inteligência da PMGO, e aos Delegados da Polícia Civil lotados na Delegacia de Investigação de Homicídios, que desempenham um papel fundamental na coleta preliminar de informações em cenas de homicídios. A aplicação do questionário permitiu obter uma visão detalhada das dificuldades relacionadas ao compartilhamento de informações estratégicas e à execução das primeiras ações no local do crime (Manzato; Santos, 2012).

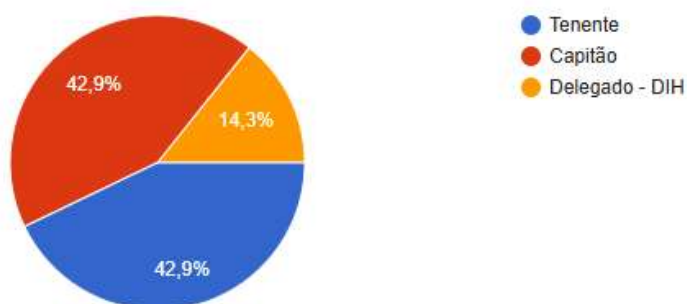
Além disso, foi realizada a modelagem de processos operacionais, utilizando metodologias específicas para a estruturação de fluxos que visem otimizar a troca de informações e o direcionamento das ações de campo, particularmente no que diz respeito à prisão em flagrante dos autores de homicídios. O objetivo foi identificar falhas nos processos atuais e propor melhorias que favoreçam a comunicação eficaz entre as forças policiais, principalmente entre a PMGO e a Polícia Civil de Goiás (PCGO), potencializando a eficiência das ações conjuntas.



5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados do questionário aplicado a um delegado que atua na Delegacia de Investigação de Homicídios do Estado de Goiás e por seis policiais militares, atuantes no Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás revelam elementos sobre a atuação da corporação em locais de homicídio e a integração com a Polícia Civil. A totalidade dos respondentes exerce funções de comando (gráfico 1), sendo 3 tenentes (42,9%) e 3 capitães (42,9%) com tempo de atuação majoritário entre 6 e 10 anos (42,9%), e 1 delegado (14,3%) com tempo de atuação entre 1 a 5 anos, o que evidencia um perfil experiente e diretamente envolvido nas dinâmicas operacionais investigadas.

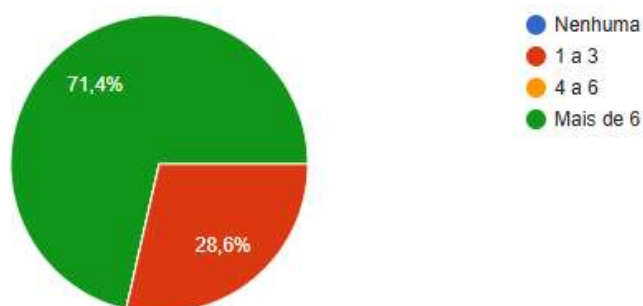
Gráfico 1: Função dos Respondentes



Fonte: Elaborado pela Autora (*Google Forms*).

Todos os policiais afirmaram já ter participado diversas vezes dos levantamentos preliminares em locais de homicídio. No que se refere às operações conjuntas com a Polícia Civil voltadas à prisão de autores de homicídio, 71,4% dos respondentes relataram ter participado de mais de seis operações (gráfico 2) e 28,6% entre uma e três. Tais operações foram avaliadas como positivas (57,1%) ou parcialmente positivas (42,9%), o que indica um certo grau de efetividade, embora ainda haja espaço para avanços.

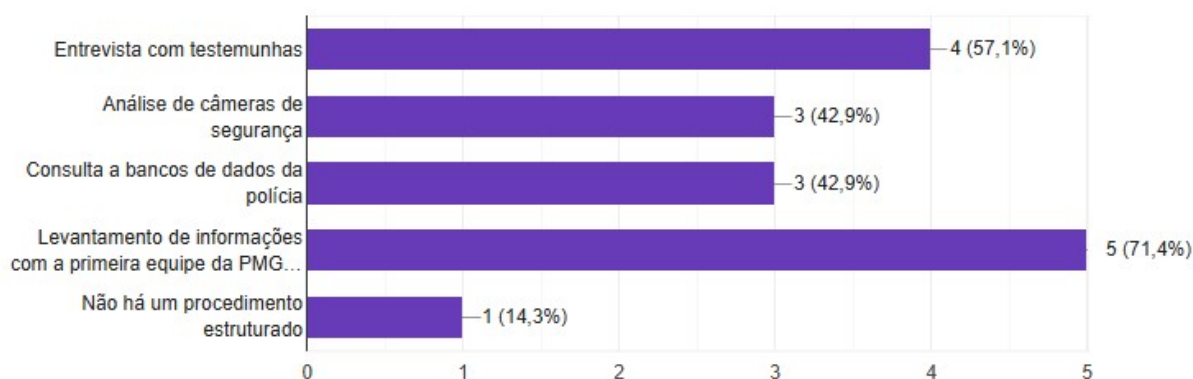
Gráfico 2: Frequência de Atuação em Operações Integradas PMGO/PCGO



Fonte: Elaborado pela Autora (*Google Forms*).

A coleta de informações no local do crime é realizada, segundo os respondentes, prioritariamente por meio de levantamento de dados de inteligência (71,4%), entrevistas com testemunhas (57,1%), e em menor escala, análises de câmeras de segurança (42,9%) e consulta de banco de dados da polícia (42,9%), conforme mostra no gráfico 3. No entanto, 14,3% apontaram a inexistência de um procedimento estruturado para essa etapa, o que sugere a ausência de uma padronização institucional, essa lacuna operacional dialoga diretamente com a análise de Perovano (2023). Apesar disso, 71,4% avaliaram como “muito eficiente” a atuação da PMGO na coleta das informações iniciais antes da chegada da Polícia Civil.

Gráfico 3: Formas de Coleta Inicial de Informações no Local do Crime



Fonte: Elaborado pela Autora (*Google Forms*).



Apesar da eficiência relatada, foi unanimemente (100%) apontado que não há um mecanismo formal e claro para o repasse dessas informações à Polícia Civil, o que gera retrabalho (85,7%) na totalidade dos casos. Esse dado revela um dos principais obstáculos operacionais na relação entre as duas forças, prejudicando a continuidade da investigação e comprometendo a agilidade das ações posteriores. A literatura sobre gestão pública e segurança aponta que falhas de integração institucional, como essa, impactam diretamente a eficácia da persecução penal, além de comprometerem o uso racional dos recursos públicos (Chagas; Gaudêncio; Santos, 2021).

Com base nas respostas abertas da pesquisa aplicada, foi possível identificar percepções relevantes sobre os desafios enfrentados no compartilhamento de informações entre a Polícia Militar e a Polícia Civil de Goiás. Um dos respondentes destacou que "a atualização em tempo real das diligências realizadas pelas duas forças" é essencial para melhorar a integração, enquanto outro sugeriu "a criação de um procedimento específico de acionamento entre as duas forças", demonstrando a carência de protocolos formais. Um terceiro participante relatou que "muitas das informações são compartilhadas apenas em grupos restritos de WhatsApp das equipes de plantão", o que prejudica o acesso institucional e a centralização dos dados relevantes para a continuidade das ações policiais em locais de crime de homicídio e sugeriu a implementação de um sistema que garanta transparência, rastreabilidade e integração das informações. Ainda, houve a sugestão da criação de um "Relatório Técnico Operacional" que formalize a entrega das informações pela PMGO à PCGO.

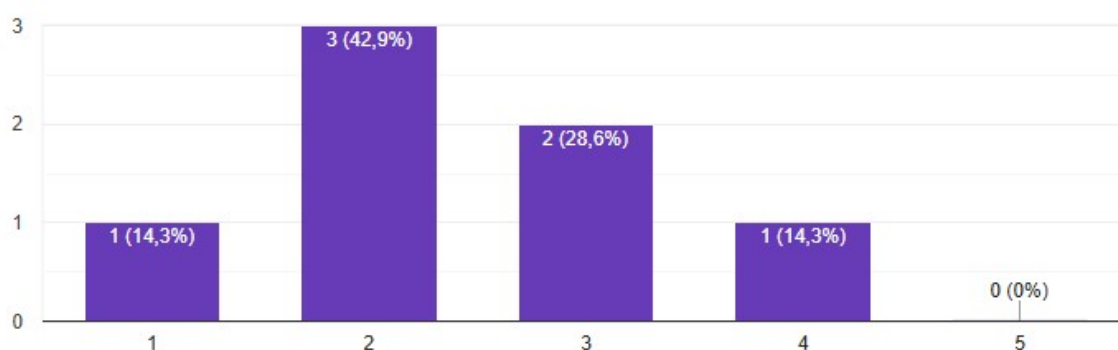
Essas observações reforçam o que é discutido por Chagas, Gaudêncio e Santos (2021), ao evidenciarem que a ausência de fluxos estruturados de comunicação entre as instituições policiais compromete a eficácia das investigações e a responsabilização penal. Da mesma forma, Perovano (2023) argumenta que a padronização dos processos, por meio de gestão por processos organizacionais, é uma estratégia viável e eficiente para eliminar retrabalho, consolidar dados e otimizar a atuação conjunta das forças de segurança.

No que diz respeito à continuidade das ações após a chegada da Polícia Civil, 71,4% dos afirmaram que a PMGO se limita a manter o isolamento do local do crime, aguardando a liberação da PCGO. Quanto a avaliação da integração, 42,9% dizem ser ineficiente e 28,6% caracterizam como boa (Gráfico 4). 57,1% dos participantes declararam que a falta de padronização compromete frequentemente a continuidade das ações operacionais da PMGO e 42,9% informaram que apenas em alguns casos. E 42,9% disseram que compromete as ações da PCGO frequentemente e 57,1%



afirmaram que apenas em alguns casos. Nota-se que todos os respondentes relataram já ter vivenciado dificuldades operacionais relacionadas à ausência de protocolos definidos, o que reforça a necessidade de diretrizes formais para assegurar uma atuação conjunta eficaz. Como também defende Souza Júnior (2015), ao argumentar que a integração operacional exige sistemas de informação compartilhados e históricos investigativos contínuos para superar a fragmentação institucional.

Gráfico 4: Integração entre PMGO e PCGO



Fonte: Elaborado pela Autora (*Google Forms*).

As respostas dos Oficiais da PMGO demonstram que a ausência de padronização na atuação conjunta com a PCGO no local do crime tem gerado prejuízos operacionais significativos, como apontado por um dos participantes que relatou que "operações em que não se tinha comunicação entre as forças" resultaram em retrabalho e perda de efetividade. Outro destacou que a duplicidade de esforços ocorre porque "a PM chega primeiro e inicia a coleta de informações, e a PC refaz o mesmo levantamento", enquanto casos em que "as informações não são repassadas" à Polícia Civil comprometem as investigações posteriores. Essas percepções reforçam o apontamento de Santos (2020), em que propõe a criação de setores de análise criminal, com processos padronizados dentro de uma visão sistêmica, de modo a lidar com os desafios da desarticulação entre as forças policiais.

A percepção dos policiais sobre a importância da integração entre a PMGO e a PCGO foi unanimemente favorável, com destaque para a necessidade de criação de uma força-tarefa conjunta. Todos os participantes defenderam a formalização de um protocolo de ação entre as duas instituições, considerando que tal medida evitaria retrabalho e melhoraria a coordenação das ações em locais de homicídio. Essa proposta vai ao encontro de experiências positivas já implementadas



em outros estados brasileiros, como Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Rio de Janeiro, onde modelos cooperativos resultaram em maior efetividade na repressão aos crimes violentos.

Ainda, quando questionado sobre a principal dificuldade para a integração entre PMGO e PCGO, segundo os respondentes, envolve a falta de proximidade, vaidade institucional e ausência de padronização. Um deles afirmou que a integração só ocorre “quando há crime de repercussão e decisão superior”. Essa limitação pontual reflete o que Araújo e Santos (2022) apontam como falha na cultura colaborativa entre as instituições, comprometendo a eficácia das operações conjuntas.

As sugestões apresentadas pelos respondentes evidenciam a necessidade urgente de estruturação formal da atuação conjunta entre PMGO e PCGO em locais de homicídio. Propõe-se a criação de um Protocolo Unificado de Atendimento, com atribuições definidas para cada força, aliado a um sistema digital integrado que permita o compartilhamento em tempo real das informações colhidas pela PMGO. A realização de treinamentos conjuntos, a capacitação contínua em temas como cadeia de custódia e levantamento preliminar, e a implantação de mecanismos de avaliação permanente também foram apontadas como medidas essenciais. Destaca-se ainda a sugestão da criação de um curso específico para PMs e PCs, voltado à integração prática e discussão de modelos de atuação, reforçando a importância de ações formativas como ferramenta estratégica para o fortalecimento da cooperação institucional.

Complementando a análise estatística apresentada neste estudo, dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás demonstram que, apenas no ano de 2024, foram registrados 132 homicídios dolosos consumados no município de Goiânia, com a instauração de 94 Autos de Prisão em Flagrante (APFs) pelas forças de segurança pública (Anexo A). Esses dados, que incluem também os casos de feminicídio, evidenciam a relevância da atuação integrada e eficiente das instituições policiais nas primeiras horas após o crime, reforçando a importância da estruturação de protocolos operacionais padronizados que otimizem a resposta da Polícia Militar no local do crime.

Em síntese, os dados revelam que, embora a Polícia Militar do Estado de Goiás atue de maneira competente na coleta inicial de informações nos locais de homicídio, a ausência de procedimentos padronizados e de canais formais de comunicação com a Polícia Civil compromete a integração entre as forças e dificulta a continuidade das ações. A criação de um protocolo conjunto se mostra não apenas desejável pelos profissionais diretamente envolvidos nas operações, como também essencial para a superação das barreiras institucionais apontadas, trazendo impactos



positivos para a eficiência das prisões em flagrante, das investigações e para a segurança pública como um todo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo, foi possível compreender os entraves enfrentados pela PMGO na integração com a PCGO durante a atuação em locais de homicídios. E ao longo da pesquisa, foi constatado, que apesar da existência de conhecimentos consolidados sobre a gestão pública e políticas públicas de segurança, ainda há um descompasso entre a teoria e a sua aplicação prática.

E essa distância mostra que os resultados objetivos demonstram que a atuação da PMGO na coleta inicial de dados é bem avaliada pelos próprios agentes, e a ausência de um modelo padronizado de repasse de informações compromete a continuidade das operações. A falta de um protocolo institucional claro leva ao retrabalho, à duplicidade de ações e à fragilidade da comunicação entre as corporações, evidenciando lacunas estruturais que comprometem a eficácia da persecução penal.

A contribuição deste trabalho para o campo da segurança pública está na proposição de um modelo de processo organizacional integrado denominado Força Tarefa de Combate ao Crime de Homicídio em Goiás (Apêndice B) que contempla tanto o protocolo de acionamento conjunto entre PMGO e PCGO quanto a estruturação do fluxo de informações desde o primeiro atendimento com os levantamentos iniciais e criação da operação no local do crime até a etapa investigativa. Tal modelo visa assegurar que as ações em locais de homicídio ocorram de forma coordenada, com responsabilidade definida para cada instituição, reduzindo perdas operacionais e otimizando recursos.

Nesse sentido, recomenda-se a criação de uma Portaria pela Secretaria de Segurança Pública que formalize o protocolo proposto, conferindo-lhe força normativa e institucional. Esta medida permitiria padronizar procedimentos, garantir a rastreabilidade das informações e fortalecer a cooperação técnica entre as forças policiais.

Por fim, o trabalho reforça a importância de que futuras pesquisas aprofundem na análise da governança interinstitucional na segurança pública, especialmente no que se refere ao papel das lideranças, da cultura organizacional e dos instrumentos de avaliação contínua.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. **Integração das forças de segurança e demais órgãos é premiada em Minas Gerais**, [S. l.], 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/noticia/integracao-das-forcas-de-seguranca-e-demais-orgaos-e-premiada-em-minas-gerais>. Acesso em: 18 abr. 2025.

ARAÚJO, Aline Costa Almeida; SANTOS, Andersson Pereira dos. Gestão de organizações de segurança pública: uma análise da cultura de segurança. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 182-201, fev./mar. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/6888/688878289010.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BAHIA. Secretaria de Comunicação Social. **Ações da SSP ampliam integração das polícias Civil e Militar**, [S. l.], 10 jul. 2008. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/infraestrutura/noticia/2024-03/2155/acoes-da-ssp-ampliam-integracao-das-policias-civil-e-militar>. Acesso em: 18 abr. 2025.

CHAGAS, Clay Anderson Nunes; GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira; SANTOS, Jorge Fabrício dos. Aplicabilidade da metodologia de gestão por processos na Polícia Militar do Estado do Pará: a padronização de seus processos operacionais e administrativos. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 9-23, set. 2021. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/104>. Acesso em: 22 fev. 2025.

GOIÁS. **PORTARIA Nº 0720/17/SSPAP – SI SIPOM 26 06 17 – Atividades de Inteligência PM**. Dispõe sobre a Atividade de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SCfoG>. Acesso em: 20 maio 2025.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Segurança Pública. **Termo de cooperação técnica nº 03/2023**, [S. l.], 20 dez. 2023. Disponível em: <https://goias.gov.br/seguranca/termo-de-cooperacao-tecnica-no-03-2023/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria Estadual de Segurança Pública. **Integração das forças de segurança pública alcança resultados positivos**, [S. l.], 5 dez. 2015. Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br/-/integracao-das-forcas-de-seguranca-publica-alcanca-resultados-positivos>. Acesso em: 18 abr. 2025.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Consequências da ausência de isolamento e preservação adequados em locais de crime durante o levantamento pericial**. 2017. 40 p. Monografia (Especialista em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/4231>. Acesso em: 22 fev. 2025.

PEROVANO, Dalton. Gestão por processos como prática de aperfeiçoamento do planejamento estratégico da Polícia Militar do Paraná. **Recima21: Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3027>. Acesso em: 22 fev. 2025.



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. **Procedimento Operacional Padrão** / Polícia Militar do Estado de Goiás. 4ª edição – Goiânia: PMGO, 2022. 304 p.; il.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Rio de Janeiro. **Secretários de Polícia Militar e Polícia Civil reforçam parceria para ampliar a integração entre as duas corporações**, Rio de Janeiro, 1 mar. 2021. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2021/03/secretarios-de-policia-militar-e-policia-civil-reforcam-parceria-para-ampliar-a-integracao-entre-as-duas-corporacoes/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

REIS, Gilberto Protásio dos. Gestão da segurança pública no Brasil: vetores de análise e dimensões de gestão de projetos interorganizacionais de longo prazo, para a elaboração de indicadores estratégicos. *In: Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública*. Brasília: Ministério da Justiça, 2011. v. 5. Disponível em: <https://abrir.link/RYGEv>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SILVA, Bruna Galli. **Setor de análise criminal: processos padronizados dentro de uma visão sistêmica de policiamento**. 2020. 107 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: <https://ppp.uem.br/arquivos-dissertacoes/bruna-galli-silva.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SOUZA JÚNIOR, José Dilson Melo de. **Georreferenciamento das ocorrências policiais: integração operacional das polícias Militar e Civil**. 2015. 88 p. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2012/201207%20-%20SOUZA%20JUNIOR.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.



APÊNDICE A – Questionário aplicado

IMPORTANCIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO PARA A ORGANIZAÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS NAS OPERAÇÕES EM LOCAL DE CRIME DE HOMICÍDIO

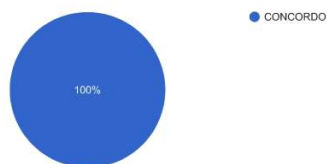
7 respostas

[Publicar análise](#)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

[Copiar](#)

7 respostas

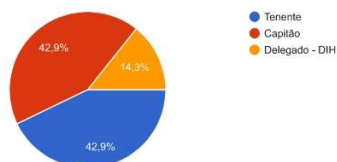


Perfil profissional

Função:

[Copiar](#)

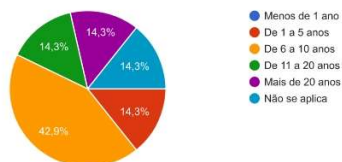
7 respostas

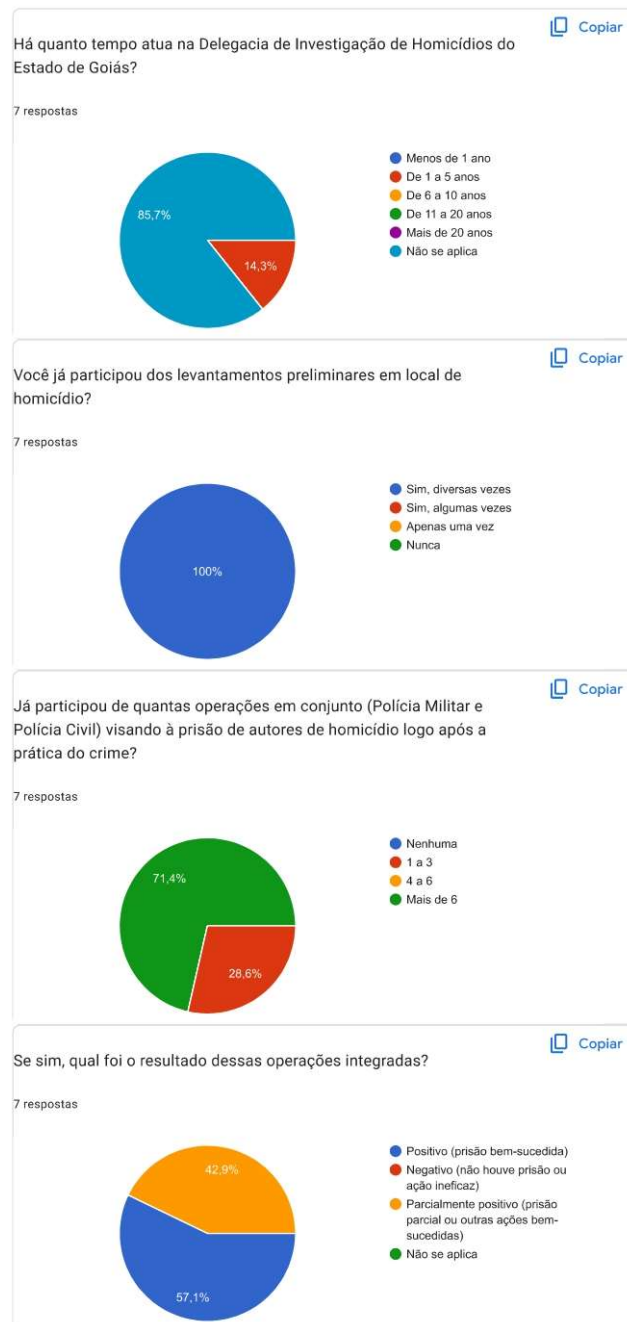


Há quanto tempo atua no Serviço de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás?

[Copiar](#)

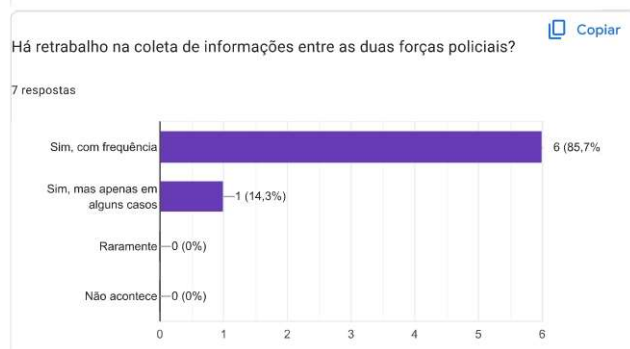
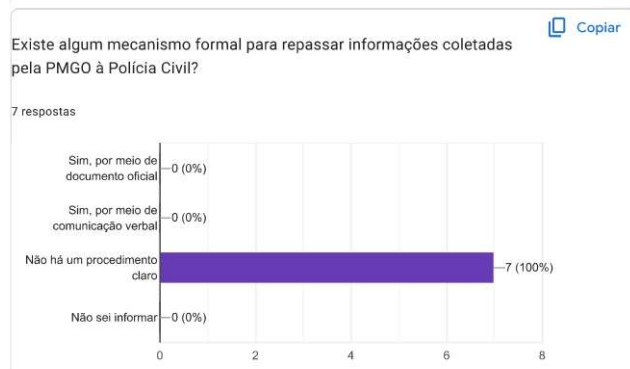
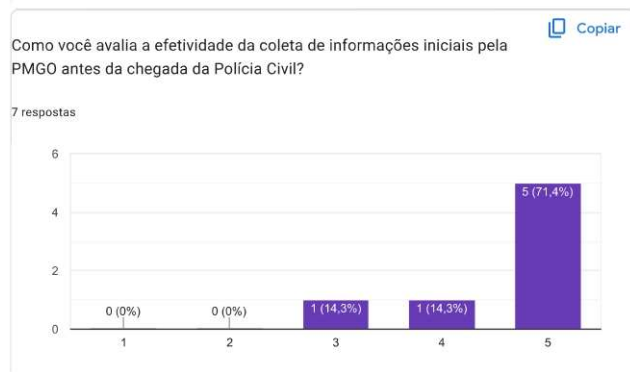
7 respostas





Coleta de inteligência policial e levantamento de dados no local do crime







Qual seria a melhor forma de otimizar a coleta e compartilhamento de informações entre PMGO e PCGO?

7 respostas

Grupos de trabalho entre as unidades envolvidas da PMGO e PCGO com comunicação direta entre os comandantes. Bem como a atualização em tempo real das diligências realizadas pelas duas forças.

Desenvolver um sistema que permita o registro e alimentação de informações referentes a todas as situações de crimes de homicídio. Atualmente, muitas dessas informações são compartilhadas apenas em grupos restritos de WhatsApp das equipes de plantão, o que dificulta o acesso institucional e a centralização dos dados.

Essa limitação compromete o pleno conhecimento e acompanhamento das ocorrências por parte da Polícia Civil do Estado de Goiás (PCGO). Com a implementação do sistema, seria possível garantir maior transparência, rastreabilidade e integração das informações, otimizando a investigação de homicídios.

Com a criação de um procedimento específico.

Criar um procedimento de acionamento entre as duas forças

Através de uma integração institucional, por meio de um documento Formal que possa fornecer as informações coletadas pela PM, portanto sugiro o Relatório Técnico Operacional (ainda não formalizado em Goiás), ou o relatório técnico.

Escolher adequadamente os Delegados da DIH

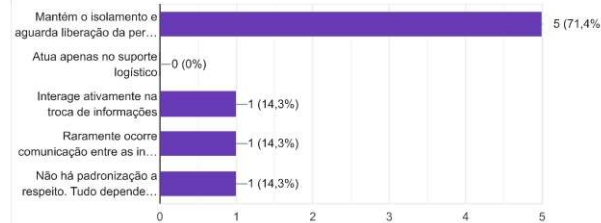
Atraves de Relatório Técnico (RT) no caso de uso da Inteligência na busca por informações.

Continuidade das ações operacionais após o crime

Após a chegada da Polícia Civil, como a PMGO costuma proceder?

Copiar

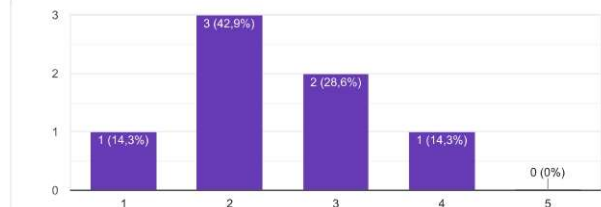
7 respostas



Como você avalia a integração entre PMGO e PCGO?

Copiar

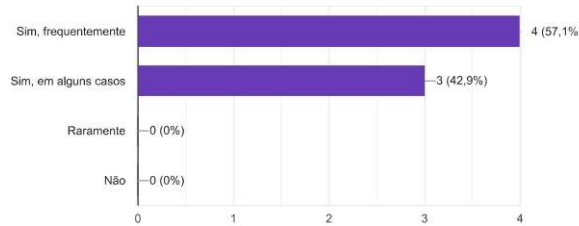
7 respostas



A ausência de um modelo padronizado de compartilhamento de informações compromete a continuidade das ações operacionais da PMGO nas horas seguintes ao crime?

Copiar

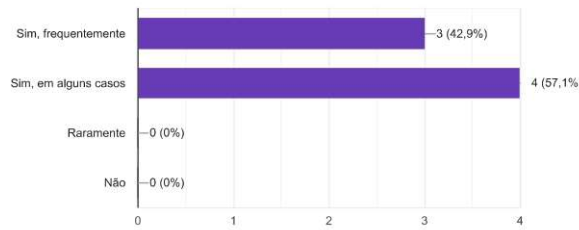
7 respostas



A ausência de um modelo padronizado de compartilhamento de informações compromete as investigações da PCGO?

Copiar

7 respostas



Você já vivenciou dificuldades operacionais devido à falta de padronização na atuação em conjunto entre a PMGO e a PCGO no local do crime? Se sim, descreva.

7 respostas

Sim. Operações em que não se tinha comunicação entre as forças, situação esta que trazia como consequência o retrabalho.

Sim. Devido à falta de padronização na atuação conjunta entre a PMGO e a PCGO, muitos casos – principalmente aqueles em que os possíveis autores não são presos – não têm suas informações devidamente repassadas à Polícia Civil.

Como consequência, ocorre retrabalho por parte das equipes de investigação, e, em muitos casos, as diligências já realizadas não podem ser reproduzidas, o que prejudica significativamente o andamento das investigações.

Não.

Sim. Principalmente na parte de compartilhamento de informações levantadas no local do crime. A PM chega primeiro e inicia a coleta de informações com testemunhas e de imagens para a identificação de autores do crime e/ou veículo utilizado no crime. Levando em consideração que a PC chega ao local do crime e inicia novamente esse mesmo levantamento e inicia as diligências, consequentemente fazendo com que as duas forças demandem no mesmo sentido, e que se fosse compartilhado desde o início, daria mais agilidade na resolução do crime.

Sim, a falta de integração acarreta um prejuízo a segurança pública, trazendo um modelo de polícia arcaico. Já presenciei delegado questionando a equipe da PM na coleta de informações e orientando as testemunhas a não repassar informações a polícia militar.

Frequentemente temos informações relevantes para autores de Homicídios, que não estão mais em flagrante.

Sim. Principalmente relacionado ao questionamento sobre a licitude das atividade realizada pela Inteligência da PMGO bem como o retrabalho pois, na maioria das vezes não há compartilhamento de informações.

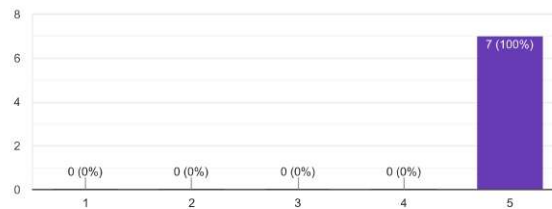




Integração entre PMGO e PCGO

Qual sua opinião acerca da importância da integração entre a PMGO e a PCGO nas operações policiais em crimes de homicídio? [Copiar](#)

7 respostas



Qual a maior dificuldade hoje para a realização da operação integrada entre a PMGO e a PCGO?

7 respostas

Interesse por parte da Polícia Civil.

Manter uma padronização nas ações.

Vaidade

Falta de proximidade entre a PM e a PC. Porque quando ocorre um crime de repercussão, geralmente por decisão superior ocorre a criação de um grupo de operação integrada entre as duas forças policiais, que trabalhando juntas conseguem solucionar o crime de forma eficiente.

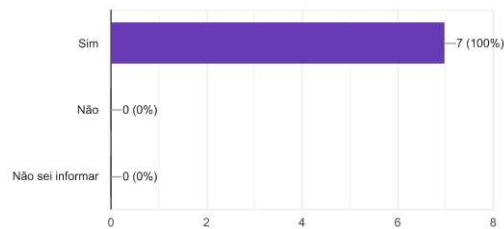
Falta de integração (reciprocidade) entre as duas instituições.

Delegados que tenham afinidades e aceitem a participação da PM nos crimes de homicídio

Não caso seria mais de uma dificuldade. Dentre elas podemos citar: integração, interação e normatização.

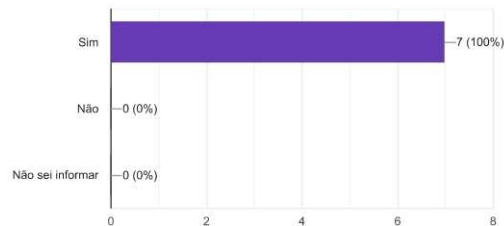
Você é favorável à criação de um protocolo de ação (força tarefa de combate ao crime organizado) entre a PMGO e a PCGO? [Copiar](#)

7 respostas



A criação dessa força tarefa vai evitar retrabalho e melhorar a coordenação das ações em local de homicídio? [Copiar](#)

7 respostas





Considerações finais

Este questionário busca compreender os desafios e propor melhorias para a atuação da PMGO e PCGO em locais de homicídio. Caso tenha sugestões adicionais, utilize o espaço abaixo:

2 respostas

A atuação integrada e coordenada entre as forças de segurança é essencial para garantir a efetividade da persecução penal nos crimes contra a vida. Diante das dificuldades observadas na prática, propõem-se as seguintes melhorias na atuação conjunta entre a PMGO e a PCGO em locais de homicídio: 1) Desenvolver e implementar um Protocolo Unificado de Atendimento a Locais de Homicídio, estabelecendo atribuições claras para PMGO e PCGO. 2) Criar um sistema digital unificado (ou módulo específico no sistema RAI) para registro de ocorrências de homicídio, permitindo que as diligências e observações iniciais feitas pela PMGO sejam acessíveis à PCGO em tempo real. 3) Realizar treinamentos conjuntos periódicos com PMs e Policiais Civis sobre atendimento a locais de crime, preservação da cena, coleta de vestígios e fluxo de informações. 4) Estimular a capacitação técnica contínua em temas como cadeia de custódia, investigação preliminar e comunicação institucional. 5) Criar mecanismos de avaliação permanente das ocorrências, com relatórios mensais sobre o fluxo de informações, gargalos e oportunidades de melhoria.

Sugiro a criação de um curso para a PM e a PC, para promover a integração e a discussão de ferramentas e modelos de ação em locais de crimes de homicídio.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários





APÊNDICE B - Modelo de processo organizacional integrado

FORÇA-TAREFA DE COMBATE AO CRIME DE HOMICÍDIO EM GOIÁS - Atuação Conjunta da Polícia Militar e Polícia Civil em Casos de Homicídio

1. Objetivos:

Estabelecer um fluxo integrado de atuação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil para garantir a resposta rápida e eficaz em homicídios, com foco na preservação do local do crime, coleta de informações, produção de inteligência, compartilhamento de informações em tempo real entre as forças e prisão em flagrante dos suspeitos nas primeiras 24 horas.

2. Etapas do Processo

2.1. Comunicação e Alerta Imediato

Responsável: Central de Operações da PM

Ação:

- Ao tomar conhecimento de possível homicídio, acionar imediatamente:
- Equipe de área da PM (rápida resposta).
- Agência Central de Inteligência da PM.
- Delegacia de Homicídios (Plantonista da PC).
- Registrar horário e circunstâncias da comunicação.

2.2. Preservação e Isolamento do Local de Crime

Responsável: Primeira guarnição da PM no local

Ação:

- Isolar e preservar o local do crime conforme protocolo.
- Impedir acesso de curiosos ou pessoas não autorizadas.
- Identificar e reter possíveis testemunhas.
- Registrar (via câmera corporal, rádio, relatório) as primeiras impressões do local.

2.3. Chegada da Polícia Civil e Início da Perícia

Responsável: Equipe de Homicídios e Perícia Criminal da PC



Ação:

- Perícia técnica detalhada do local.
- Coleta de vestígios (balística, digitais, material biológico, etc.).
- Entrevista preliminar com PMs presentes e testemunhas.

2.4. Coleta Imediata de Informações

Responsável: PM (PM2), PC

Ação:

- Criar um grupo de operação no WhatsApp para compartilhamento de informações em tempo real;
- Levantamento de câmeras de segurança próximas.
- Coleta de relatos de moradores e testemunhas.
- Verificação de possíveis desavenças anteriores (histórico da vítima).
- Consulta a bancos de dados e registros criminais.

2.5. Reunião Integrada de Inteligência (até 2h após o crime)

Responsável: Supervisão da Agência Central de Inteligência (PM) e Delegado Plantonista (DIH /PC)

Ação:

- Compartilhamento de dados e hipóteses.
- Definição de linhas de ação e da tropa que irá operar.
- Elaboração de mapa tático de atuação e possíveis alvos.
- Avaliação de possibilidade de flagrante estendido (até 24h após o crime).

2.6. Deflagração de Operação de Captura

Responsável: Supervisão de Inteligência (PM2), Delegado de Homicídios, com apoio de equipe especializada da PM e equipes da PC

Ação:

- Realizar diligências traçadas na Reunião Integrada de Inteligência (Operação em campo).
- Localização e prisão de suspeitos com base em levantamentos de inteligência.
- Coleta de provas materiais (roupas com sangue, armas, celulares).



- Registro de ações operacionais.

2.7. Formalização de Flagrante e Encaminhamentos

Responsável: Delegado responsável

Ação:

- Lavratura de auto de prisão em flagrante.
- Encaminhamento de presos para audiência de custódia.
- Apreensão e cadastro de todos os materiais coletados.

3. Ferramentas de Apoio

- Grupo de WhatsApp/Signal institucional para comunicação rápida.
- Plataforma de compartilhamento de evidências e documentos (nuvem segura).
- Painel de Controle com cronômetro das 24h para tomada de decisões.

4. Indicadores de Efetividade

Indicador	Meta
Tempo de resposta ao local de crime	Até 15 minutos
Tempo para primeira reunião de emergência	Até 2 horas
Prisão de suspeitos em até 24h	>50% dos casos
Preservação adequada do local	100% dos casos

5. Conclusão

Este modelo deve ser adaptado à realidade operacional de cada região e atualizado conforme a experiência e novas tecnologias disponíveis. O sucesso depende da integração real, com confiança mútua, canais abertos e protocolos entre a Polícia Militar e a Polícia Civil.



ANEXO A – Despacho Nº 342/2025/SSP/GEOSP-14477



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
GERÊNCIA DO OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Referência: Processo nº 202500002054677

Interessado(a): SUBSEÇÃO DE OPERAÇÕES/PM2

Assunto: Resposta a solicitação de informação

DESPACHO Nº 342/2025/SSP/GEOSP-14477

Trata-se de solicitação de informação quanto ao total de homicídios registrados no município de Goiânia no ano de 2024 e o total de Autos de Prisão em flagrante (APFs) feitos pela Polícia Militar referente ao respectivo crime. Inicialmente, informamos que a Secretaria de Segurança Pública divulga os dados de homicídio em conjunto com os casos de feminicídio, assim, as informações apresentadas referem-se ao somatório de homicídios e feminicídios consumados. Ainda, em relação ao total de APFs iniciados pela Polícia Militar, destacamos que devido a recente mudança no Sistema de Procedimentos Policiais (SPP), que gera os procedimentos como APF, ainda não é possível, por meio da ferramenta estatística disponibilizada para esta Gerência, diferenciar quais prisões em flagrante foram iniciadas por policiais militares das demais prisões realizadas por outras forças de segurança pública. Assim, o número apresentado a seguir refere-se ao total de prisões em flagrante realizadas por todas as forças de segurança pública.

HOMICÍDIOS DOLOSOS - GOIÂNIA	
Ano: 2024	
Total de Vítimas¹	1 3 2
Total de APFs instaurados²	9 4

¹Somatório do total de homicídios e feminicídios consumados

²Referente ao total de APFs de homicídios e feminicídios consumados realizados por todas as forças de segurança pública.



Atenciosamente,

Tenison Machado Durões
Gerente

Camila Bernardes Alvarenga
Analista Criminal

GOIANIA, 06 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **TENISON MACHADO DUROES, Gerente**, em 07/05/2025, às 14:56, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **74008464** e o código CRC **458E42AD**.



Referência:
Processo nº 202500002054677



SEI 74008464